



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

INFRAESTRUTURA BRASIL HOLDING V S.A. E CONTROLADAS

31 de dezembro de 2025

Com relatório dos auditores independentes sobre as
demonstrações financeiras individuais e consolidadas

SUMÁRIO

| | |
|--|----|
| RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO..... | 1 |
| RELATORIO DO AUDITOR..... | 3 |
| BALANÇOS PATRIMONIAIS | 6 |
| DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO | 7 |
| DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE | 8 |
| DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO..... | 9 |
| DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA | 10 |
| NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS..... | 11 |
| 1. INFORMAÇÕES GERAIS | 11 |
| 2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS | 13 |
| 3. GESTÃO DE RISCO | 16 |
| 4. INSTRUMENTOS FINANCEIROS POR CATEGORIA | 22 |
| 5. CAIXAS E EQUIVALENTES DE CAIXAS..... | 24 |
| 6. APLICAÇÕES FINANCEIRAS VINCULADAS ÀS DÍVIDAS | 25 |
| 7. CONTAS A RECEBER | 25 |
| 8. CONTAS A RECEBER DE PARTES RELACIONADAS | 26 |
| 9. OUTRAS CONTAS A RECEBER | 27 |
| 10. INVESTIMENTOS | 28 |
| 11. IMOBILIZADO | 30 |
| 12. INTANGÍVEL | 34 |
| 13. FORNECEDORES | 34 |
| 14. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS..... | 35 |
| 15. IMPOSTOS DE RENDA E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS..... | 39 |
| 16. TRIBUTOS E OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS..... | 39 |
| 17. ENCARGOS REGULATÓRIOS..... | 40 |
| 18. PROVISÃO PARA PROCESSOS JUDICIAIS..... | 40 |
| 19. PROVISÃO PARA DESMOBILIZAÇÃO DE ATIVOS..... | 41 |
| 20. PATRIMÔNIO LÍQUIDO | 41 |
| 21. RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS | 42 |
| 22. CUSTO DE VENDA DE ENERGIA ELÉTRICA | 42 |

| | | |
|-----|--|----|
| 23. | DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVA | 43 |
| 24. | RESULTADO FINANCEIRO..... | 43 |
| 25. | IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL | 45 |
| 26. | RESULTADO BÁSICO E DILUÍDO POR AÇÃO | 46 |
| 27. | TRANSAÇÕES QUE NÃO AFETAM CAIXA | 46 |
| 28. | COBERTURA DE SEGUROS | 46 |
| 29. | EVENTOS SUBSEQUENTES | 47 |

Prezados Acionistas,

A Administração da Infraestrutura Brasil Holding V S.A (“Companhia” ou “IBH V”) apresenta o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas, com os Relatórios dos Auditores Independentes referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025.

A Companhia

A IBH V é uma sociedade anônima de capital fechado que faz parte do grupo Essentia Energia, cujo propósito é gerar negócios de alta rentabilidade no mercado de energia renovável, com eficiência na gestão, no desenvolvimento, na implantação, na operação e na comercialização de energia.

A Companhia tem como objetivo social a participação no capital de empresas com foco em ativos de energia renovável e tem como investimento o Complexo Eólico Ventos de São Vitor, composto por 14 usinas eólicas, totalizando aproximadamente 480 MW de potência instalada, distribuída em 75 aerogeradores. A Companhia controla 7 usinas eólicas que integram o Complexo. O parque eólico iniciou a operação comercial em sua totalidade em agosto de 2024.

O empreendimento está localizado nos municípios de Xique-Xique, Itaguaçu da Bahia e Gentio do Ouro, todos no estado da Bahia.

Governança corporativa

A Companhia mantém o seu sistema de gestão baseado nas melhores práticas de governança, atuando assim de forma ética e com respeito para com seus acionistas e demais partes relacionadas.

Responsabilidade ambiental e social

A IBH V trabalha em conformidade com a legislação brasileira, atendendo a todos os requisitos de meio ambiente e exigências de saúde, higiene, segurança e medicina do trabalho.

A Companhia possui Políticas de Sustentabilidade que contemplam os aspectos ambientais, sociais e de saúde e segurança do trabalho. O cumprimento da legislação vigente e a preservação do meio ambiente, assim como a preservação da saúde de todos os seus colaboradores e de quem atua em seu nome são princípios primordiais e prioridades da Companhia.

Recursos humanos

O capital humano é extremamente relevante para a IBH V, sendo a Companhia conduzida por profissionais altamente qualificados e com larga experiência no setor de energia.

A adoção de regras consoantes com as orientações recomendadas pelos órgãos de saúde e pelas autoridades públicas competentes refletem as medidas tomadas para garantir a saúde dos colaboradores e nas práticas perpetuadas pela Companhia, quais sejam: comunicação ativa, ações de higienização de espaços e áreas de circulação, flexibilização de jornadas e adoção do teletrabalho, entre outros.

Agradecimentos

A Companhia registra os seus agradecimentos aos membros da Diretoria e do seu Conselho de Administração pelo

apoio prestado no debate e encaminhamento das questões de maior interesse da Companhia. Especiais reconhecimentos à dedicação e empenho do quadro funcional. A Companhia também deixa consignado seu agradecimento aos prestadores de serviços, usuários, entidades financeiras, seguradoras, demais agentes do Setor Elétrico e a todos que direta ou indiretamente colaboraram para o êxito das atividades do Grupo no exercício de 2025.

A Administração.



Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

**Aos Administradores e aos Acionistas da
INFRAESTRUTURA BRASIL HOLDING V S.A.
São Paulo – SP**

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da INFRAESTRUTURA BRASIL HOLDING V S.A. (“Companhia”), e suas controladas, que compreendem o balanço patrimonial individual e consolidado em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações individuais e consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira individual e consolidada da INFRAESTRUTURA BRASIL HOLDING V S.A. e suas controladas em 31 de dezembro de 2025, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Demonstrações financeiras do período anterior auditadas por auditor independente antecessor:

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia para o exercício encerrado em 31 de Dezembro de 2024, preparadas originalmente antes dos ajustes descritos na nota 1.5.1 foram auditadas por

outro auditor, que expressou uma opinião não modificada sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 25 de Abril de 2025. Não fomos contratados para auditar, revisar ou aplicar quaisquer procedimentos sobre tais demonstrações financeiras ou sobre os referidos ajustes e, portanto, não expressamos opinião ou qualquer forma de asseguuração sobre eles.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria

apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou unidades de negócios do grupo como base para formar uma opinião sobre as demonstrações financeiras do grupo. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria executado para os propósitos da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 14 de Abril de 2026

KPMG Auditores Independentes Ltda.

CRC 2SP014428/O-6



Daniel A. da S. Fukumori

Contador CRC 1SP245014/O-2

INFRAESTRUTURA BRASIL HOLDING V.S.A. E CONTROLADAS
BALANÇOS PATRIMONIAIS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024



Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma

| Ativos | Nota | Controladora | | Consolidado | | Passivos | Nota | Controladora | | Consolidado | |
|--|------|----------------|----------------|------------------|------------------|--|------|----------------|----------------|------------------|------------------|
| | | 31/12/2025 | 31/12/2024 | 31/12/2025 | 31/12/2024 | | | 31/12/2025 | 31/12/2024 | | |
| Circulante | | | | | | Circulante | | | | | |
| Caixa e equivalentes de caixa | 5 | 25 | 104 | 57.111 | 36.892 | Fornecedores | 13 | - | 8 | 29.477 | 109.018 |
| Contas a receber | 7 | - | - | 14.129 | 11.084 | Empréstimos e financiamentos | 14 | - | - | 25.695 | 29.431 |
| Contas a receber de partes relacionadas | 8 | - | - | 1.557 | 1.013 | IRPJ e CSLL | 15 | - | - | 1.756 | - |
| Dividendos a receber | | 45 | 50 | - | - | Tributos e obrigações trabalhistas | 16 | - | - | 2.548 | 3.688 |
| IRPJ e CSLL a recuperar | | 667 | - | 679 | - | Encargos regulatórios | 17 | - | - | 5.707 | 1.378 |
| Tributos a recuperar | | 4 | 609 | 16 | 624 | Total do passivo circulante | | - | 8 | 65.183 | 143.515 |
| Despesas antecipadas | | - | - | 117 | 3.328 | | | | | | |
| Estoque | | - | - | 21 | - | Não circulante | | | | | |
| Outras contas a receber | 9 | - | - | 8.844 | 39 | Empréstimos e financiamentos | 14 | - | - | 683.493 | 675.334 |
| Total do ativo circulante | | 741 | 763 | 82.474 | 52.980 | Provisão para processos judiciais | 18 | - | - | 556 | - |
| | | | | | | Provisão para desmobilização de ativos | 19 | - | - | 9.377 | 7.560 |
| Não circulante | | | | | | IRPJ e CSLL diferidos | 15 | - | - | 4.250 | - |
| Realizável a longo prazo | | | | | | Fornecedores | 13 | - | - | 54.011 | - |
| Aplicações financeiras vinculadas às dívidas | 6 | - | - | 42.947 | 54.302 | Total do passivo não circulante | | - | - | 751.687 | 682.894 |
| Tributos a recuperar | | - | - | 15 | - | | | | | | |
| Despesas antecipadas | | - | - | 6 | - | Patrimônio líquido | | | | | |
| | | - | - | 42.968 | 54.302 | Capital social | 20 | 634.210 | 632.510 | 634.210 | 632.510 |
| Investimentos | 10 | 509.874 | 567.385 | - | - | Prejuízos acumulados | | (123.595) | (64.370) | (123.595) | (64.370) |
| Imobilizado | 11 | - | - | 1.156.760 | 1.240.315 | Total do patrimônio líquido | | 510.615 | 568.140 | 510.615 | 568.140 |
| Intangível | 12 | - | - | 45.283 | 46.952 | | | | | | |
| Total do ativo não circulante | | 509.874 | 567.385 | 1.245.011 | 1.341.569 | Total do passivo e patrimônio líquido | | 510.615 | 568.148 | 1.327.485 | 1.394.549 |
| Total do ativo | | 510.615 | 568.148 | 1.327.485 | 1.394.549 | | | | | | |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

INFRAESTRUTURA BRASIL HOLDING V S.A. E CONTROLADAS
DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024



Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma

| | Controladora | | | Consolidado | |
|--|--------------|-----------------|--------------------------------|-----------------|-----------------|
| | Nota | 31/12/2025 | 31/12/2024 (Reclassificado) | 31/12/2025 | 31/12/2024 |
| Receita líquida de vendas | 21 | - | - | 159.891 | 104.222 |
| Custo de venda de energia elétrica | 22 | - | - | (119.816) | (105.560) |
| Lucro (prejuízo) bruto | | - | - | 40.075 | (1.338) |
| Despesas gerais e administrativas | 23 | (50) | (101) | (3.371) | (1.706) |
| Resultado com participações societárias | 10 | (59.246) | (62.040) | - | - |
| (Prejuízo) lucro operacional | | (59.296) | (62.141) | 36.704 | (3.044) |
| Receitas financeiras | 24 | 71 | 42 | 12.054 | 10.993 |
| Despesas financeiras | 24 | - | (3) | (97.004) | (63.662) |
| Resultado financeiro | | 71 | 39 | (84.950) | (52.669) |
| Resultado antes do imposto de renda e contribuição social | | (59.225) | (62.102) | (48.246) | (55.713) |
| Imposto de renda e contribuição social correntes | 25 | - | (1) | (6.729) | (6.390) |
| Imposto de renda e contribuição social diferidos | 25 | - | - | (4.250) | - |
| Prejuízo do exercício | | (59.225) | (62.103) | (59.225) | (62.103) |
| Resultado básico e diluído atribuível por ação R\$ | | | | (0,10) | (0,10) |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

INFRAESTRUTURA BRASIL HOLDING V.S.A. E CONTROLADAS
DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024



Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma

| | Controladora | | Consolidado | |
|--|-----------------|-----------------|-----------------|-----------------|
| | 31/12/2025 | 31/12/2024 | 31/12/2025 | 31/12/2024 |
| Prejuízo do exercício | (59.225) | (62.103) | (59.225) | (62.103) |
| Outros componentes do resultado abrangente | - | 109 | - | 109 |
| Total do resultado abrangente | (59.225) | (61.994) | (59.225) | (61.994) |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

INFRAESTRUTURA BRASIL HOLDING V S.A. E CONTROLADAS
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024



Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma

| | Capital social | AFAC | Prejuízos acumulados | Outros resultados abrangentes | Total do patrimônio líquido |
|---|----------------|---------------|----------------------|-------------------------------|-----------------------------|
| Saldos em 01 de janeiro de 2024 | 547.921 | 21.458 | (2.268) | (109) | 567.002 |
| Aumento de capital | 59.458 | (21.458) | - | - | 38.000 |
| Integralização de capital | 25.131 | - | - | - | 25.131 |
| Outros resultados abrangentes | - | - | - | 109 | 109 |
| Prejuízo do exercício | - | - | (62.102) | - | (62.102) |
| Saldos em 31 de dezembro de 2024 | 632.510 | - | (64.370) | - | 568.140 |
| Integralização de capital | 1.700 | - | - | - | 1.700 |
| Prejuízo do exercício | - | - | (59.225) | - | (59.225) |
| Saldos em 31 de dezembro de 2025 | 634.210 | - | (123.595) | - | 510.615 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

INFRAESTRUTURA BRASIL HOLDING V S.A. E CONTROLADAS
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024
Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma



| | Nota | Controladora | | Consolidado | |
|---|---------|----------------|--------------------------------|-----------------|-----------------|
| | | 31/12/2025 | 31/12/2024 (Reclassificado) | 31/12/2025 | 31/12/2024 |
| Fluxos de caixa das atividades operacionais | | | | | |
| Prejuízo do exercício | | (59.225) | (62.103) | (59.225) | (62.103) |
| Ajustes de receitas e despesas | | | | | |
| Impostos de renda e contribuições sociais | | - | - | 10.979 | - |
| Depreciação e amortização | 11 e 12 | - | - | 49.439 | 49.943 |
| Baixa de ativo imobilizado | | - | - | 5 | - |
| Resultado com participações societárias | 10 | 59.246 | 62.040 | - | - |
| Receitas financeiras de aplicações financeiras vinculadas às dívidas | 6 | - | - | (5.806) | - |
| Juros, variações monetárias e custo de emissão - empréstimos e financiamentos | 14 | - | - | 79.267 | 52.946 |
| Atualização financeira de provisão de desmobilização | | - | - | 649 | - |
| Provisão para processos judiciais | | - | - | 556 | - |
| Variações nos ativos operacionais | | | | | |
| Contas a receber | 7 | - | - | (3.045) | (5.810) |
| Contas a receber de partes relacionadas | 8 | - | 4.811 | (544) | 4.327 |
| Tributos a recuperar | | (62) | (14) | (86) | (8) |
| Estoque | | - | - | (21) | - |
| Despesas antecipadas | | - | - | 3.205 | (1.070) |
| Outras contas a receber | 9 | - | - | (8.805) | (28) |
| Variações nos passivos operacionais | | | | | |
| Fornecedores | 13 | (8) | (1) | 14.856 | (62.399) |
| Tributos e obrigações trabalhistas a pagar | 16 | - | 1 | (913) | 4.678 |
| Outras contas a pagar | | - | - | 1.168 | (109) |
| Encargos regulatórios | | - | - | 4.329 | - |
| Caixa (aplicado nas) gerado pelas atividades operacionais | | (49) | 4.734 | 86.008 | (19.633) |
| Juros pagos de empréstimos e financiamentos | 14 | - | - | (44.807) | (30.491) |
| Imposto de renda e contribuição social pagos | | - | - | (5.200) | (3.730) |
| Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades operacionais | | (49) | 4.734 | 36.001 | (53.854) |
| Fluxos de caixa das atividades de investimento | | | | | |
| Aplicações financeiras vinculadas às dívidas | 6 | - | - | - | (54.302) |
| Aquisições de bens do ativo imobilizado e intangível | 11 e 12 | - | - | (4.606) | (30.037) |
| Integralização de capital em controladas | 10 | (1.730) | (29.915) | - | - |
| Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento | | (1.730) | (29.915) | (4.606) | (84.339) |
| Fluxo de caixa das atividades de financiamento | | | | | |
| Aplicações financeiras vinculadas às dívidas | 6 | - | - | (24.068) | - |
| Resgate de aplicações financeiras vinculadas às dívidas | 6 | - | - | 41.229 | - |
| Captação de empréstimos e financiamentos | 14 | - | - | - | 67.953 |
| Pagamento de empréstimos e financiamentos | 14 | - | - | (30.037) | (37.560) |
| Integralização de capital | | 1.700 | 25.131 | 1.700 | 25.131 |
| Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamento | | 1.700 | 25.131 | (11.176) | 55.524 |
| (Redução) aumento de caixa e equivalentes de caixa, líquidos | | (79) | (50) | 20.219 | (82.669) |
| Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício | | 104 | 154 | 36.892 | 119.561 |
| Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício | | 25 | 104 | 57.111 | 36.892 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

1. INFORMAÇÕES GERAIS

1.1 Contexto operacional

A Infraestrutura Brasil Holding V S.A. (“Companhia” ou “IBH V”), é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 25 de setembro de 2019, com sede na cidade e estado de São Paulo, na Rua Campos Bicudo, nº 98 - 4º andar, Jardim Europa. A Companhia tem como objeto social a participação no capital de empresas com foco em ativos de energia renovável e é controlada pela Infraestrutura Brasil Holding IV S.A. (“IBH IV”) e, tem como controlador final, o Pátria Infraestrutura IV Fundo de Investimentos em Participações Multiestratégia (“Pátria”).

A Companhia faz parte da Essentia Energia, um grupo cujo propósito é gerar negócios no mercado de energia renovável, com eficiência na gestão, no desenvolvimento, na implantação, na operação e na comercialização de energia.

1.2 Relação de entidades controladas

A Companhia possui como investidas as Sociedades de Propósitos Específicos (“SPEs”) abaixo que fazem parte do Complexo São Vitor, estão localizadas em Xique-Xique, Itaguaçu da Bahia e Gentio do Ouro, estado da Bahia, e possuem o propósito específico de geração de energia eólica.

| Empresa | Participação | | Atividade principal | Controle |
|--|--------------|------------|---------------------|----------|
| | 31/12/2025 | 31/12/2024 | | |
| Ventos de São Vitor 01 Energias Renováveis S.A. (“São Vitor 01” ou “VT01”) | 100% | 100% | Geração de energia | Direto |
| Ventos de São Vitor 03 Energias Renováveis S.A. (“São Vitor 03” ou “VT03”) | 100% | 100% | Geração de energia | Direto |
| Ventos de São Vitor 07 Energias Renováveis S.A. (“São Vitor 07” ou “VT07”) | 100% | 100% | Geração de energia | Direto |
| Ventos de São Vitor 11 Energias Renováveis S.A. (“São Vitor 11” ou “VT11”) | 100% | 100% | Geração de energia | Direto |
| Ventos de São Vitor 12 Energias Renováveis S.A. (“São Vitor 12” ou “VT12”) | 100% | 100% | Geração de energia | Direto |
| Ventos de São Vitor 13 Energias Renováveis S.A. (“São Vitor 13” ou “VT13”) | 100% | 100% | Geração de energia | Direto |
| Ventos de São Vitor 14 Energias Renováveis S.A. (“São Vitor 14” ou “VT14”) | 100% | 100% | Geração de energia | Direto |

As Controladas possuem as seguintes características:

| SPE | Usina | Estado | Capacidade MW | Garantia Física – MWm | Início da vigência | Fim da vigência |
|--------------|------------------------|--------|---------------|-----------------------|--------------------|-----------------|
| VT 01 | Ventos de São Vitor 01 | BA | 32 | 15,1 | 03/11/2020 | 02/11/2055 |
| VT 03 | Ventos de São Vitor 03 | BA | 32 | 14,6 | 03/11/2020 | 02/11/2055 |
| VT 07 | Ventos de São Vitor 07 | BA | 44,8 | 22,2 | 03/11/2020 | 02/11/2055 |
| VT 11 | Ventos de São Vitor 11 | BA | 32 | 14,8 | 03/11/2020 | 02/11/2055 |
| VT 12 | Ventos de São Vitor 12 | BA | 32 | 15,7 | 03/11/2020 | 02/11/2055 |
| VT 13 | Ventos de São Vitor 13 | BA | 32 | 15,5 | 03/11/2020 | 02/11/2055 |
| VT 14 | Ventos de São Vitor 14 | BA | 38,4 | 17,8 | 03/11/2020 | 02/11/2055 |
| Total | | | 243,2 | 115,7 | | |

A Companhia juntamente com suas controladas, é referida como “Grupo” ao longo das demonstrações financeiras.

1.3 Contratos de energia

O Complexo Eólico Ventos de São Vitor é composto por 14 usinas eólicas, totalizando aproximadamente 480 MW de potência instalada. A Companhia controla 7 usinas eólicas que integram o Complexo, conforme detalhado na nota explicativa nº 1.2.

Em 2019, o complexo comercializou cerca de 70% de sua energia por meio de Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Livre (CCEAL) firmados com a CEMIG Geração e Transmissão (“CEMIG”). Os contratos celebrados são de longo prazo, até dezembro de 2041, sendo que as condições comerciais permanecem confidenciais, em conformidade com as práticas de mercado e com as cláusulas contratuais estabelecidas entre as partes.

No que se refere à estrutura de financiamento de longo prazo, parte do Complexo Eólico Ventos de São Vítor conta com financiamento junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, enquanto outra parcela é financiada pelo Banco do Nordeste – BNB, refletindo uma estrutura de capital diversificada e alinhada às características do projeto.

1.4 Situação financeira

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia apresentava capital circulante líquido positivo no montante de R\$741 na Controladora e R\$17.291 no Consolidado (positivo em R\$755 na Controladora e negativo em R\$90.535 no Consolidado em 31 dezembro de 2024).

| | Controladora | | Consolidado | |
|-----------------------------------|--------------|------------|---------------|-----------------|
| | 31/12/2025 | 31/12/2024 | 31/12/2025 | 31/12/2024 |
| Total do ativo circulante | 741 | 763 | 82.474 | 52.980 |
| Total do passivo circulante | - | 8 | 65.183 | 143.515 |
| Capital circulante líquido | 741 | 755 | 17.291 | (90.535) |

O Grupo registrou prejuízos nos últimos exercícios, refletindo principalmente sua estrutura de capital, o perfil econômico-financeiro típico dos primeiros anos de operação dos empreendimentos e os efeitos recentes de eventos de *curtailment*, os quais reduziram o resultado dos exercícios. Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia apresenta prejuízos acumulados no patrimônio líquido no montante de R\$123.595.

As controladas possuem contratos de venda de energia de longo prazo, que proporcionam previsibilidade de receitas ao longo da vigência contratual, ainda que sujeitos a eventuais restrições operacionais do sistema elétrico. A Administração monitora continuamente a posição de liquidez e o desempenho operacional do Grupo, avaliando a necessidade de adequações em sua estrutura de capital.

No curso normal dos negócios, e considerando o estágio atual dos empreendimentos, a Companhia poderá contar, quando necessário, com suporte financeiro de seus acionistas, por meio de aportes de capital, os quais estão alinhados ao planejamento financeiro do grupo econômico.

Com base na avaliação realizada, a Administração entende que a Companhia possui capacidade de manter a continuidade normal de suas operações, razão pela qual as demonstrações financeiras foram elaboradas com base no pressuposto de continuidade operacional.

1.5 Políticas contábeis, mudanças de estimativa e retificação de erro

O CPC 23 estabelece que podem ocorrer ajustes ou erros no registro, mensuração, apresentação ou divulgação das demonstrações contábeis e que erros materiais de exercícios anteriores devem ser corrigidos retrospectivamente, inclusive por reapresentação dos valores comparativos do período afetado.

O Grupo revisa continuamente a apresentação e a divulgação de suas demonstrações para mantê-las adequadas e alinhadas às normas vigentes.

1.5.1 Reclassificação de cifras comparativas

Para assegurar a comparabilidade, foram realizadas reclassificações dos valores relativos à amortização da mais valia (vide nota explicativa nº 10) nas Demonstrações do Resultado, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, sem efeito no resultado do Grupo.

Os efeitos dessas reclassificações são demonstrados a seguir:

| Controladora | | | | |
|--|------|-----------------|-----------------|--------------------------------|
| | Nota | 31/12/2024 | Reclassificação | 31/12/2024 (Reclassificado) |
| Receita líquida de vendas | 21 | - | - | - |
| Custo de venda de energia elétrica | 22 | - | - | - |
| Resultado bruto | | - | - | - |
| Despesas gerais e administrativas | 23 | (1.153) | 1.052 | (101) |
| Resultado com participações societárias | 10 | (60.988) | (1.052) | (62.040) |
| (Prejuízo) operacional | | (62.141) | - | (62.141) |
| Receitas financeiras | 24 | 42 | - | 42 |
| Despesas financeiras | 24 | (3) | - | (3) |
| Resultado financeiro | | 39 | - | 39 |
| Resultado antes do imposto de renda e contribuição social | | (62.102) | - | (62.102) |
| Imposto de renda e contribuição social correntes | 25 | (1) | - | (1) |
| Prejuízo do exercício | | (62.103) | - | (62.103) |

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

2.1 Base de elaboração e apresentação

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (“CFC”) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas no pressuposto de continuidade normal dos negócios. A Administração efetua uma avaliação da capacidade da Companhia e suas controladas em dar continuidade às suas atividades durante a elaboração das demonstrações financeiras.

A emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas foi autorizada pela Administração em 14 de abril de 2026.

2.2 Principais políticas contábeis materiais

As políticas contábeis materiais aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão descritas juntamente com suas respectivas notas explicativas. Essas políticas foram aplicadas de modo

consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

2.2.1 Políticas contábeis materiais não apresentadas em notas explicativas

Considerando que a Companhia não apresenta determinadas notas explicativas em suas demonstrações financeiras, as correspondentes políticas contábeis, que seriam divulgadas nessas notas, estão sendo apresentadas neste capítulo.

2.2.1.1 Arrendamentos

O Grupo reconhece, em concordância com o CPC 06 – Arrendamentos, um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento, mensurado pelo valor presente dos pagamentos futuros. O ativo é depreciado ao longo do prazo do contrato e o passivo atualizado pelos encargos financeiros e reduzido pelos pagamentos realizados.

O Grupo possui contratos de arrendamento de terras cujos pagamentos são integralmente variáveis, atrelados a receita líquida. Em função dessa característica, tais contratos não atendem aos critérios para reconhecimento de passivo de arrendamento conforme o CPC 06, sendo os pagamentos reconhecidos diretamente no resultado do exercício em que incorridos.

2.3 Adoção de normas contábeis – Novas e revisadas

| Norma / Pronunciamento | Vigência | Principais pontos novos/alterados |
|--|------------|--|
| CPC 02 - Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis | 01/01/2025 | Classificação de Passivos como Circulante ou Não Circulante. |
| CPC 40 - Instrumentos Financeiros: Evidenciação | 01/01/2026 | Alterações à Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros. |
| CPC 48 - Instrumentos Financeiros | 01/01/2026 | Contratos que fazem referência à eletricidade cuja geração dependente de condições naturais. |
| CPC 51 - Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Contábeis | 01/01/2027 | Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras. |

A Administração da Companhia avaliou os pronunciamentos acima e não foram identificados impactos relevantes nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. A Companhia fará a adoção a essas normas e interpretações novas e alteradas conforme o CPC correspondente, se cabível, quando entrarem vigor.

2.4 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, as quais estão condizentes com as utilizadas pela administração em sua gestão.

2.5 Conversão de moeda estrangeira

(a) Moeda funcional e de apresentação

A moeda funcional e de apresentação da Companhia e de suas controladas é o Real. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira, são convertidos para a moeda funcional usando-se a taxa de câmbio vigente na data dos respectivos balanços patrimoniais. Os ganhos e perdas resultantes da atualização desses ativos e passivos verificados entre a taxa de câmbio vigente na data da transação e os encerramentos dos exercícios são reconhecidos como receitas ou despesas financeiras no resultado.

(b) Transações e saldos

Em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024, o Grupo não possuía ativos e passivos mensurados em moedas estrangeiras.

2.6 Uso de estimativas e julgamentos críticos

A preparação das demonstrações financeiras do Grupo exige o uso de estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamentos por parte da Administração. Esse processo envolve a aplicação das políticas contábeis materiais do Grupo em áreas que requerem maior nível de julgamento, caracterizadas por sua complexidade. Adicionalmente, são destacadas as áreas onde as premissas e estimativas possuem impacto significativo na elaboração das demonstrações financeiras.

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas do Grupo não apresentam riscos significativos, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício.

As principais estimativas e julgamentos relacionados às demonstrações financeiras estão apresentadas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota explicativa 11 – Imobilizado:** Aplicação das vidas úteis definidas e taxas de depreciação;
- **Nota explicativa 12 – Intangível:** Aplicação das vidas úteis definidas e taxa de amortização;
- **Nota explicativa 11 – Teste de redução ao valor recuperável dos ativos de longa duração e de vida útil indefinida:** A avaliação da recuperação de ativos de longa duração e de vida útil indefinida, segue regras específicas. Ao final de cada exercício, o Grupo realiza análise para identificar possíveis evidências de que o montante contábil desses ativos possa não ser recuperável. Em situações excepcionais, caso sejam identificadas tais evidências, o Grupo aplica o teste de recuperação (*impairment*) desses ativos. Esses testes envolvem a consideração de diversas variáveis e fatores de incerteza relacionados: (i) expectativas de faturamento de geração de energia; (ii) prazo das autorizações; (iii) deduções sobre as vendas; (iv) custos de venda de energia; (v) despesas operacionais; além de outras projeções necessárias para o teste. Todo o processo busca assegurar que o valor contábil dos ativos não exceda seu valor recuperável, em conformidade com as normas contábeis aplicáveis;
- **Nota explicativa 18 – Provisão para processos judiciais:** Reconhecimento e mensuração de provisão para processos judiciais têm como principais premissas a probabilidade e magnitude das saídas de recursos.
- **Nota explicativa 19 – Provisão para desmobilização de ativos:** Os custos de desmobilização de ativos de geração são provisionados com base em estimativas e premissas, considerando as taxas de desconto NTN-B+IPCA e o valor presente dos custos previstos para a desmobilização e remoção dos ativos ao término do prazo de autorização das usinas. Esses custos são reconhecidos contra o ativo correspondente.

2.7 Base de consolidação e investimentos em controladas

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas de acordo com as normas estabelecidas, abrangendo a Companhia e suas controladas, nas quais a Companhia detém o controle.

O controle é obtido quando a Companhia tem o poder sobre a investida, está exposta ou tem direitos a retornos variáveis de seu envolvimento com a investida e tem a capacidade de usar esse poder para afetar seus retornos. A controlada é consolidada integralmente a partir da data em que o controle se inicia, até a data em que deixa de existir.

As práticas contábeis foram aplicadas de maneira uniforme em todas as empresas consolidadas e o exercício social dessas controladas coincide com o da controladora. Os seguintes procedimentos foram adotados na preparação das informações contábeis consolidadas:

- (i) Eliminação do patrimônio líquido das controladas.
- (ii) Eliminação do resultado de equivalência patrimonial.
- (iii) Eliminação dos saldos de ativos e passivos, receitas e despesas entre as empresas consolidadas, bem como das contas mantidas entre estas controladas.

Nas demonstrações financeiras individuais, as controladas são contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial ajustada na proporção detida nos direitos e nas obrigações contratuais do Grupo.

Transações, saldos e ganhos não realizados em transações entre empresas do Grupo são eliminados. Os prejuízos não realizados também são eliminados a menos que indiquem uma redução no valor recuperável de ativos, exigindo o reconhecimento nas demonstrações consolidadas. As principais práticas contábeis materiais das controladas são alteradas, quando necessário, para assegurar a consistência com as políticas adotadas do Grupo.

3. GESTÃO DE RISCO

3.1 Fatores de risco financeiro

As atividades da Companhia estão expostas a fatores de riscos financeiros: a) risco de mercado, b) risco de crédito; e c) risco de liquidez. O programa de gestão de risco do Grupo concentra-se na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro do Grupo. A Companhia não usa instrumentos financeiros derivativos para proteger certas exposições a risco.

A gestão de risco é realizada pelo departamento de Tesouraria, seguindo as políticas do Grupo. A Tesouraria identifica, avalia e recomenda ações contra eventuais riscos financeiros em cooperação com a Administração.

O quadro a seguir sumariza a natureza e a extensão dos riscos decorrentes de instrumentos financeiros e como a Administração da Companhia gerencia sua exposição:

| Risco | Exposição | Metodologia utilizada para mensuração do impacto | Gestão |
|----------------------------------|---|--|--|
| Risco de mercado – taxa de juros | Empréstimos de longo prazo com taxas variáveis | Análise de sensibilidade | Avaliação de cenários para definição sobre refinanciamentos |
| Risco de crédito | Caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes | Análise de vencimento | Gestão de caixa através de instituições financeiras de primeira linha, definição de limites de concentração/exposição máxima, monitoramento dos ratings pelas principais agências. |
| | | Avaliação de crédito | |
| Risco de liquidez | Empréstimos e outros passivos | Previsões de fluxo de caixa | Manutenção de caixa mínimo, monitoramento dos fluxos previstos e realizados, manutenção de aplicações financeiras com liquidez conforme necessário. |

(a) Risco de mercado

Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado com taxa de juros

Os riscos de taxa de juros decorrem de contratos operacionais, empréstimos e financiamentos. Esses contratos emitidos a taxas variáveis expõem o Grupo ao risco de flutuação da taxa de juros afetando o fluxo de caixa, o qual permanece sendo constantemente monitorado.

Com o objetivo de administrar a liquidez em moeda funcional, o Grupo atualiza os controles de exposição às taxas periodicamente e avalia a necessidade de cobertura ou não do risco de acordo com as perspectivas macroeconômicas. Sempre que necessário, são simulados cenários levando em consideração refinanciamento, renovação de posições existentes e novos financiamentos.

Com base nesses cenários, o Grupo define uma mudança razoável na taxa de juros e calcula o impacto sobre o resultado. Os cenários são elaborados somente para os passivos que representam as principais posições com juros.

Em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024, o Grupo não possuía contratos de derivativos e/ ou swap de taxa de juros.

Análise de sensibilidade

A análise de sensibilidade tem como objetivo mensurar o impacto das mudanças nas variáveis de mercado sobre cada instrumento financeiro do Grupo. Não obstante, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade das informações utilizadas como base para a preparação dessas análises.

As informações demonstradas no quadro, mensuram, contextualmente, o impacto nos resultados do Grupo em função das variações do CDI e IPCA.

A seguir, é apresentada a tabela demonstrativa da análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros considerando o pronunciamento técnico CPC 40 (R1) - Instrumentos Financeiros: Evidenciação e os saldos dos principais instrumentos financeiros, mostrando como a despesa e a receita teriam sido reconhecidas no resultado financeiro naquela data para o Grupo, ou seja, como seriam afetados pelas mudanças no risco relevante variável que sejam razoavelmente possíveis naquela data.

Para verificar a sensibilidade da variação desses indicadores, na data-base 31 de dezembro de 2025, foram definidos três cenários diferentes, com base no cenário macroeconômico e alinhados à expectativa da Administração da Companhia e das controladas: (i) considerando a taxa esperada (índices obtidos através de informações disponibilizadas pelo mercado) para 31 de dezembro de 2026 (impacto provável no resultado); (ii) com apreciação e depreciação de 25%, e (iii) com apreciação e depreciação de 50%.

| Operação | Indexador | Saldo em exposição | Controladora | | | | |
|------------------------------------|-----------|--------------------|-------------------------------|--------------------------|---------------------------|--------------------------|---------------------------|
| | | | Cenário I | | Cenário II | | Cenário III |
| | | | Impacto provável no resultado | Redução de índice em 25% | Elevação de índice em 25% | Redução de índice em 50% | Elevação de índice em 50% |
| | CDI | | 13,44% | 10,08% | 16,80% | 6,72% | 20,16% |
| Recursos em aplicações financeiras | CDI | 24 | 3 | 2 | 4 | 2 | 5 |

| Operação | Indexador | Saldo em exposição | Consolidado | | | | |
|--|-----------|--------------------|-------------------------------|--------------------------|---------------------------|--------------------------|---------------------------|
| | | | Cenário I | | Cenário II | | Cenário III |
| | | | Impacto provável no resultado | Redução de índice em 25% | Elevação de índice em 25% | Redução de índice em 50% | Elevação de índice em 50% |
| | CDI | | 13,44% | 10,08% | 16,80% | 6,72% | 20,16% |
| | IPCA | | 4,05% | 3,04% | 5,06% | 2,03% | 6,08% |
| Recursos em aplicações financeiras | CDI | 53.721 | 7.221 | 5.415 | 9.026 | 3.610 | 10.831 |
| Aplicações financeiras vinculadas às dívidas | CDI | 42.947 | 5.772 | 4.329 | 7.216 | 2.886 | 8.659 |
| Empréstimos e financiamentos | IPCA | (731.073) | (29.608) | (22.206) | (37.011) | (14.804) | (44.413) |

(b) Risco de crédito

O risco de crédito é administrado corporativamente. O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, depósitos em bancos e outras instituições financeiras, bem como de exposições de crédito a clientes, incluindo contas a receber em aberto.

Para minimizar o risco associado às instituições financeiras, o Grupo mantém relacionamento com bancos de forma a diversificar suas operações. Os investimentos relacionados à sobra de caixa só podem ser feitos em instituições ou fundos que apresentem um patrimônio líquido mínimo adequado, com liquidez conforme o uso previsto do caixa classificados como baixo risco segundo mercado local.

Não foi ultrapassado nenhum limite de crédito em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024, e a Administração não espera nenhuma perda decorrente de inadimplência nos seus ativos financeiros com instituições financeiras.

Em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024, não existiam aplicações financeiras com saldos vencidos ou *impaired* e a totalidade dos saldos de caixa e equivalentes de caixa e de ativos financeiros estão aplicados em instituições consideradas de primeira linha pela Administração.

O Grupo avaliou seu histórico de recebimento do contas a receber e identificou que não está exposto a um elevado risco de crédito, uma vez que o saldo a receber, em sua maioria, é oriundo do contrato com a CEMIG que não possui histórico de inadimplência. Ademais, os montantes a receber de energia de curto prazo são administrados pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (“CCEE”), diminuindo o risco de crédito nas transações realizadas.

(c) Risco de liquidez

A previsão de fluxo de caixa é realizada pelo departamento de Tesouraria, que monitora o nível esperado de entradas e saídas de fluxos de caixa por empresa controlada, de forma a garantir suprimento adequado de caixa em cada operação. A Companhia acompanha as cláusulas contratuais dos empréstimos e financiamentos, além de monitorar as condições restritivas financeiras (“*covenants*”), quando aplicável, a fim de que o Grupo não quebre limites ou cláusulas estabelecidas nos documentos das operações.

Essa previsão leva em consideração os planos de financiamento da dívida do Grupo, cumprimento de cláusulas, e, se aplicável, exigências regulatórias ou legais.

A Tesouraria investe o excesso de caixa em Certificados de Depósito Bancário (“CDBs”), escolhendo instrumentos com baixo nível de risco, com vencimentos apropriados, com liquidez diária ou liquidez suficiente para fornecer margem adequada, conforme determinado pelas previsões acima mencionadas.

Na data deste balanço, o Grupo mantinha CDBs e caixa disponível na Controladora de R\$25 (R\$104 em 31 de dezembro de 2024) e no Consolidado de R\$57.111 (R\$36.892 em 31 de dezembro de 2024).

A tabela a seguir analisa os passivos financeiros não derivativos do Grupo, por faixas de vencimento, não-descontados, excluindo impacto de acordos de compensação correspondentes ao período remanescente entre a data do balanço patrimonial e a data contratual do vencimento.

| | Controladora | |
|----------------------------------|----------------|-------------|
| | Vencimentos | |
| | Até um ano (i) | Total geral |
| Em 31 de dezembro de 2024 | | |
| Fornecedores | 8 | 8 |

| | Consolidado | | | | |
|----------------------------------|----------------|---------------------------|---------------------------|---------------------|-------------|
| | Vencimentos | | | | |
| | Até um ano (i) | Acima de 1 até 3 anos (i) | Acima de 3 até 5 anos (i) | Acima de 5 anos (i) | Total geral |
| Em 31 de dezembro de 2025 | | | | | |
| Fornecedores | 29.477 | 33.675 | 20.336 | - | 83.488 |
| Empréstimos e financiamentos | 70.118 | 147.050 | 155.719 | 1.316.756 | 1.689.643 |
| Encargos regulatórios | 5.707 | - | - | - | 5.707 |
| Em 31 de dezembro de 2024 | | | | | |
| Fornecedores | 109.018 | - | - | - | 109.018 |
| Encargos regulatórios | 1.378 | - | - | - | 1.378 |

(i) As faixas de vencimento apresentadas não são determinadas pela norma, e sim baseadas nos vencimentos contratuais remanescentes.

Como os valores incluídos na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratuais, esses valores não serão conciliados com os valores divulgados no balanço patrimonial para empréstimos e financiamentos.

O Grupo adotou a premissa de não considerar os efeitos de atualizações monetárias baseadas em projeções macroeconômicas futuras para elaboração dos fluxos de caixa não descontados das rubricas de fornecedores e encargos regulatórios.

A análise dos vencimentos aplica-se somente aos instrumentos financeiros e, portanto, não estão incluídas as obrigações decorrentes de legislação.

3.2 Gestão de capital

Os objetivos do Grupo ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade do negócio para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital adequada para reduzir esse custo.

Para manter ou ajustar a estrutura de capital do Grupo, a Administração realiza, ou propõe, nos casos em que os acionistas têm de aprovar, a revisão da política de pagamento de dividendos, devolução de capital aos acionistas ou, ainda, a emissão de novas ações para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento.

O Grupo utiliza capital próprio e de terceiros para o financiamento de suas atividades, sendo que a utilização de capital de terceiros busca otimizar sua estrutura de capital. Adicionalmente, o Grupo monitora sua estrutura de capital e a ajusta, considerando as mudanças nas condições econômicas.

Condizente com outras companhias do setor, o Grupo monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida expressa como percentual do capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos e financiamentos, subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras vinculadas às dívidas.

| | Consolidado | |
|---|------------------|------------------|
| | 31/12/2025 | 31/12/2024 |
| Total dos empréstimos e financiamentos | 709.188 | 704.765 |
| (-) Caixa e equivalente de caixa | (57.111) | (36.892) |
| (-) Aplicações financeiras vinculadas às dívidas | (42.947) | (54.302) |
| Dívida líquida | 609.130 | 613.571 |
| Total do patrimônio líquido | 510.615 | 568.140 |
| Total do capital (patrimônio líquido e dívida líquida) | 1.119.745 | 1.181.711 |
| | | |
| Índice de alavancagem financeira - % | 54% | 52% |

3.3 Outros riscos considerados relevantes

a) Risco regulatório

As atividades do Grupo, assim como de seus concorrentes, são regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL. Qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre as atividades do Grupo.

O risco de *curtailment* no setor de energia é a limitação ou corte forçado da geração por decisão do Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), mesmo que haja recurso natural para gerar.

Causado por excesso de produção/falta de demanda em determinados dias e horários, por congestionamento/indisponibilidade da rede de transmissão ou por outros critérios operativos de confiabilidade definidos pelo ONS, apesar de ser um risco que sempre existiu no setor, tornou-se mais relevante a partir de agosto de 2023, atingindo percentuais elevados e afetando especialmente projetos eólicos e solares da região Nordeste.

Tal situação gera prejuízos e afeta a viabilidade de investimentos em ativos de geração renovável, levando a busca por soluções estruturais como melhorias na rede de transmissão, ações de incentivo e regulamentação de armazenamento, além de compensações financeiras para visando mitigar os impactos financeiros aos geradores.

Foi promulgada a Lei nº 15.269/2025, a qual estabeleceu diretrizes para a compensação parcial aos geradores de energia elétrica por perdas decorrentes de certos tipos de restrições de geração. A referida Lei instituiu o arcabouço legal para eventual indenização, condicionando sua efetiva aplicação à regulamentação específica pelos órgãos competentes e à celebração de Termo de Compromisso entre os agentes de geração e o Poder Concedente.

Em continuidade ao processo regulatório, foi instaurada a Consulta Pública nº 210/2025, aberta em 31 de dezembro de 2025, com prazo para contribuições até 16 de janeiro de 2026, com o objetivo de definir, entre outros aspectos, os critérios de elegibilidade, a metodologia de apuração dos montantes compensáveis, os limites financeiros aplicáveis e as condições operacionais para implementação do mecanismo previsto na Lei.

Até a data de emissão das demonstrações financeiras, a regulamentação definitiva ainda não foi concluída e os critérios técnicos e jurídicos para apuração de eventual compensação permanecem em discussão. Dessa forma, considerando o estágio atual do processo regulatório e a ausência de definição quanto aos parâmetros aplicáveis e à efetiva materialização do direito à compensação, a Companhia não reconheceu quaisquer efeitos contábeis relacionados a esse tema nas demonstrações financeiras, permanecendo no aguardo do posicionamento final das autoridades competentes para concluir suas análises.

b) Risco de alteração da legislação tributária no Brasil

Alterações na legislação tributária podem gerar eventuais impactos no Grupo, como mudanças nas alíquotas dos tributos vigentes, instituição de novos tributos e supressão de benefícios fiscais.

Em 20 de dezembro de 2023, foi promulgada a Emenda Constitucional (“EC”) nº 132, que estabelece a Reforma Tributária (“Reforma”) sobre o consumo e em 16 de janeiro de 2025 foi sancionada a Lei Complementar nº 214/25 que regulamenta a Reforma, no entanto, vários temas, inclusive as alíquotas dos novos tributos, ainda estão pendentes de regulamentação por Leis Complementares (“LC”).

O modelo da Reforma está baseado em IVA repartido (“IVA dual”) em duas competências, uma federal (Contribuição sobre Bens e Serviços - CBS) e uma subnacional (Imposto sobre Bens e Serviços - IBS), que substituirá os tributos PIS, COFINS, ICMS e ISS. Foi também instituído o Imposto Seletivo (“IS”), de competência federal, incidente sobre bens e serviços prejudiciais à saúde e ao meio ambiente, nos termos de futura regulamentação.

Haverá um período de transição de 2026 até 2033, em que os dois sistemas tributários – antigo e novo – coexistirão. Os impactos da Reforma na apuração dos tributos mencionados somente poderão ser mensurados após a conclusão da regulamentação dos temas pendentes por LC. Consequentemente, não há qualquer efeito da Reforma nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2025.

c) Risco de impairment

O Grupo avalia na data de cada balanço se há evidência objetiva de que um ativo ou grupo de ativos está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos está deteriorado e as perdas por *impairment* são reconhecidas somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo ou grupo de ativos que pode ser estimado de maneira confiável.

Em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024, o Grupo identificou indicativos de *impairment* para um ativo ou grupo de ativos, conforme detalhado na nota explicativa nº 11 (“Imobilizado”).

4. INSTRUMENTOS FINANCEIROS POR CATEGORIA

(a) Reconhecimento e mensuração inicial

As contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a respectiva empresa se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

(b) Classificação e mensuração subsequente

Ativos financeiros

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ou ao valor justo por meio do resultado (“VJR”). Não há ativos financeiros classificados ao valor justo por meio do resultado abrangente (“VJORA”).

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Mensuração subsequente de ganhos e perdas

VJR - Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.

Ativos financeiros a custo amortizado - Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Passivos financeiros

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao VJR caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A

despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

(c) Desreconhecimento

Ativos financeiros

O Grupo desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando o Grupo transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual o Grupo nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

O Grupo realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos.

Passivos financeiros

O Grupo desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. O Grupo também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

(d) Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los numa base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. Não foram compensados instrumentos financeiros em nenhum dos períodos apresentados.

(e) *Impairment* de ativos financeiros

O Grupo avalia na data de cada balanço se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e as perdas por *impairment* são reconhecidas somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

Em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024, não foram identificadas evidências de perda por *impairment* para um ativo ou grupo de ativos financeiros.

Não houve mudança na classificação dos ativos financeiros entre os métodos de avaliação durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024.

(f) Instrumentos financeiros mensurados a custo amortizado

Ativos financeiros

Os ativos financeiros ao custo amortizado são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São apresentados como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes).

Passivos financeiros

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado. Os passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

Os ativos e passivos financeiros ao custo amortizado conforme o balanço do Grupo estão apresentados abaixo:

| | Controladora | | Consolidado | |
|--|--------------|------------|-------------|------------|
| | 31/12/2025 | 31/12/2024 | 31/12/2025 | 31/12/2024 |
| Ativos financeiros | | | | |
| Ao custo amortizado: | | | | |
| Caixa e equivalentes de caixa | 25 | 104 | 57.111 | 36.892 |
| Aplicações financeiras vinculadas às dívidas | - | - | 42.947 | 54.302 |
| Contas a receber | - | - | 14.129 | 11.084 |
| Contas a receber de partes relacionadas | - | - | 1.557 | 1.013 |
| Dividendos a receber | 45 | - | - | - |
| Outras contas a receber | - | - | 8.844 | 39 |
| Passivos financeiros | | | | |
| Ao custo amortizado: | | | | |
| Fornecedores | - | 8 | 83.488 | 109.018 |
| Empréstimos e financiamentos | - | - | 709.188 | 704.765 |
| Encargos regulatórios | - | - | 5.707 | 1.378 |

O valor contábil dos empréstimos e financiamentos classificados no circulante aproxima-se de seu valor justo em função do curto prazo remanescente até o vencimento.

Para os instrumentos classificados no não circulante, a Administração entende que o valor contábil representa uma aproximação razoável do respectivo valor justo na data do balanço, considerando que são remunerados substancialmente por taxas pós-fixadas indexadas a indicadores econômicos e mensurados ao custo amortizado pelo método da taxa efetiva de juros. Não foi elaborada estimativa específica de valor justo.

5. CAIXAS E EQUIVALENTES DE CAIXAS

Política contábil

Incluem os saldos de caixa, depósitos bancários e aplicações financeiras com liquidez imediata, registradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

As aplicações financeiras são reconhecidas e mensuradas ao custo amortizado e os resultados financeiros auferidos nessas operações são alocados diretamente ao resultado na Controladora e nas controladas.

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo.

| | Controladora | | Consolidado | |
|------------------------------------|--------------|------------|---------------|---------------|
| | 31/12/2025 | 31/12/2024 | 31/12/2025 | 31/12/2024 |
| Recursos em banco e em caixa | 1 | - | 3.390 | 17 |
| Recursos em aplicações financeiras | 24 | 104 | 53.721 | 36.875 |
| Total | 25 | 104 | 57.111 | 36.892 |

- (i) Aplicações financeiras em CDBs com liquidez diária, remunerados a uma taxa média de 99,18% do CDI (97% a 100,5% do CDI em 31 de dezembro de 2024).

6. APLICAÇÕES FINANCEIRAS VINCULADAS ÀS DÍVIDAS

Política contábil

As aplicações financeiras são reconhecidas e mensuradas ao custo amortizado e os resultados financeiros auferidos nessas operações são alocados diretamente ao resultado do exercício.

| | Consolidado | |
|--|---------------|---------------|
| | 31/12/2025 | 31/12/2024 |
| Aplicações financeiras vinculadas às dívidas | 42.947 | 54.302 |
| Total | 42.947 | 54.302 |

- (i) Contas reservas relacionadas às dívidas das controladas (SPEs) que possuem financiamento junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), sem liquidez imediata e que não possuem no curto prazo possibilidade de resgate. Valores aplicados em Fundo de Investimento com remuneração equivalente a 97,54% do CDI em 31 de dezembro de 2025 (média de 97,32% do CDI em 31 de dezembro de 2024).

7. CONTAS A RECEBER

Política contábil

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pela geração de energia elétrica no curso normal das atividades. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos as perdas esperadas.

A Administração efetua análise criteriosa no contas a receber de clientes e de acordo com a abordagem simplificada. Quando necessário, é constituída uma provisão para perdas esperadas para cobrir eventuais perdas desses ativos em sua realização.

O Grupo avaliou seu histórico de recebimento do contas a receber e identificou que não está exposta a um elevado risco de crédito, uma vez que o saldo a receber, em sua maioria, é oriundo do contrato com a CEMIG que não possui histórico de inadimplência. Ademais, os montantes a receber de energia de curto prazo são administrados pela

Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (“CCEE”), diminuindo o risco de crédito nas transações realizadas. Portanto, após as devidas análises, a Administração não julgou necessário o reconhecimento de provisão para perdas esperadas e por esse motivo não há índice de perda estimadas de créditos para as contas a receber de clientes a vencer e vencidas. O saldo é composto conforme disposto abaixo:

| | Consolidado | |
|------------------|---------------|---------------|
| | 31/12/2025 | 31/12/2024 |
| Venda de energia | 14.129 | 11.084 |
| Total | 14.129 | 11.084 |

- (i) Contas a receber relativas principalmente aos respectivos *Power Purchase Agreements* (“PPAs”) junto à CEMIG das controladas São Vitor 01, São Vitor 03, São Vitor 07, São Vitor 12 e São Vitor 13. O contrato foi feito conforme condições negociadas entre as partes e preveem a venda de energia incentivada com início de suprimento de energia em janeiro de 2023 e término em dezembro de 2041. Além dos contratos de PPA junto à CEMIG, as controladas efetuaram vendas de energia para outras comercializadoras.

Abaixo a abertura dos saldos de contas a receber por idade de vencimento:

| | Consolidado | |
|--------------------------|---------------|---------------|
| | 31/12/2025 | 31/12/2024 |
| A vencer | 13.622 | 11.084 |
| Vencidos de 1 a 30 dias | 401 | - |
| Vencidos de 31 a 90 dias | 106 | - |
| Total | 14.129 | 11.084 |

8. CONTAS A RECEBER DE PARTES RELACIONADAS

Política contábil

Os saldos de ativos e passivos, assim como as transações que influenciaram o resultado do exercício, relativas às operações com partes relacionadas e compartilhamento de custos, decorrem de transações com o Grupo, os quais foram realizadas em condições acordadas entre as partes para os respectivos tipos de operações, conforme apresentado a seguir:

| Empresas | Natureza | Consolidado | Consolidado |
|--------------|---------------------|-------------------------|-------------------------|
| | | 31/12/2025 | 31/12/2024 |
| | | Ativo circulante | Ativo circulante |
| São Vitor 02 | Custo compartilhado | 211 | 138 |
| São Vitor 04 | Custo compartilhado | 210 | 136 |
| São Vitor 05 | Custo compartilhado | 211 | 137 |
| São Vitor 06 | Custo compartilhado | 211 | 137 |
| São Vitor 08 | Custo compartilhado | 211 | 137 |
| São Vitor 09 | Custo compartilhado | 211 | 137 |
| São Vitor 10 | Custo compartilhado | 292 | 191 |
| Total | | 1.557 | 1.013 |

(a) Impactos no resultado

| Empresas | Natureza | Consolidado | |
|--------------|--------------------------------------|---------------|--------------|
| | | 31/12/2025 | 31/12/2024 |
| | | Resultado | Resultado |
| São Vitor 02 | (-) Custos e despesas compartilhadas | 1.996 | 676 |
| São Vitor 04 | (-) Custos e despesas compartilhadas | 1.987 | 673 |
| São Vitor 05 | (-) Custos e despesas compartilhadas | 1.996 | 676 |
| São Vitor 06 | (-) Custos e despesas compartilhadas | 1.996 | 676 |
| São Vitor 08 | (-) Custos e despesas compartilhadas | 1.996 | 676 |
| São Vitor 09 | (-) Custos e despesas compartilhadas | 1.996 | 676 |
| São Vitor 10 | (-) Custos e despesas compartilhadas | 2.792 | 945 |
| Total | | 14.761 | 4.998 |

Remuneração do pessoal-chave da Administração

Em 31 de dezembro de 2025 e de 2024, não houve valores de remuneração do pessoal chave da Administração, pois as despesas estão sendo centralizadas por outra empresa controlada pelo Pátria. A remuneração do pessoal-chave da Administração, incluindo encargos e benefícios, totalizava R\$9.079 (R\$5.861 em 31 de dezembro de 2024).

Compartilhamento de Custos

Serviços contratados para o Parque Eólica Ventos de São Vitor através da investida São Vitor 01 que são rateados por todas as SPEs do Parque de acordo com a capacidade instalada de cada SPE.

9. OUTRAS CONTAS A RECEBER

Política contábil

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros sejam gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança e decorrem de eventos passados. Os ativos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

| | Consolidado | |
|-----------------------------|--------------|------------|
| | 31/12/2025 | 31/12/2024 |
| Circulante | | |
| Adiantamento a funcionários | 16 | 36 |
| Adiantamento a fornecedores | 43 | 3 |
| Depósitos judiciais (i) | 5.890 | - |
| TUST (i) | 2.895 | - |
| Total | 8.844 | 39 |

- (i) Trata-se de Mandado de Segurança Preventivo, cujo objeto é a obtenção de liminar consistente na suspensão dos efeitos da decisão da CCEE quanto ao não repasse dos percentuais do desconto na Tarifa de Uso do Sistema de Transmissão (TUST) ao Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS). Em decorrência dessa suspensão, a controlada São Vitor 01 realizou o pagamento integral da tarifa e espera recuperar o montante apresentado na rubrica “TUST” após a decisão. Foi realizado um depósito judicial no valor de R\$ 5.890, para assegurar o Juízo para fins de suspender os efeitos da decisão da CCEE.

10. INVESTIMENTOS

Política contábil

Os investimentos em controladas são aqueles em que a Controladora (i) está exposta ou tem direito a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a entidade e (ii) tem a capacidade de interferir nesses retornos por meio do poder que exerce sobre ela. Esses investimentos são avaliados pelo método da equivalência patrimonial nas demonstrações contábeis da Controladora e são consolidados integralmente para fins de apresentação das demonstrações financeiras consolidadas.

(a) Movimentação dos investimentos

| | São Vitor 01 | São Vitor 03 | São Vitor 07 | São Vitor 11 | São Vitor 12 | São Vitor 13 | São Vitor 14 | Total do investimento |
|---|---------------|---------------|----------------|---------------|---------------|---------------|---------------|-----------------------|
| Participação acionária | 100% | 100% | 100% | 100% | 100% | 100% | 100% | |
| Saldos em 01 de janeiro de 2024 | 81.919 | 77.705 | 109.412 | 76.214 | 80.613 | 79.651 | 93.887 | 599.401 |
| Equivalência patrimonial | (11.991) | (7.611) | (11.479) | (3.347) | (10.064) | (9.768) | (6.728) | (60.988) |
| Integralização de capital | 9.105 | 12.205 | 2.000 | 6.605 | - | - | - | 29.915 |
| Outros resultados abrangentes | (101) | 96 | 62 | 38 | 14 | - | - | 109 |
| Contrato de autorização | (204) | (103) | (120) | (86) | (187) | (278) | (74) | (1.052) |
| Saldos em 31 de dezembro de 2024 | 78.728 | 82.292 | 99.875 | 79.424 | 70.376 | 69.605 | 87.085 | 567.385 |
| Participação acionária | 100% | 100% | 100% | 100% | 100% | 100% | 100% | |
| Saldos em 01 de janeiro de 2025 | 78.728 | 82.292 | 99.875 | 79.424 | 70.376 | 69.605 | 87.085 | 567.385 |
| Equivalência patrimonial | (10.058) | (10.170) | (15.842) | (2.088) | (10.029) | (8.730) | (872) | (57.789) |
| Contrato de autorização | (204) | (207) | (206) | (207) | (204) | (208) | (221) | (1.457) |
| Integralização de capital | 1.100 | - | 30 | 600 | - | - | - | 1.730 |
| Ajuste distribuição de dividendos | - | - | - | - | 2 | - | 3 | 5 |
| Saldos em 31 de dezembro de 2025 | 69.566 | 71.915 | 83.857 | 77.729 | 60.145 | 60.667 | 85.995 | 509.874 |

(b) Resumo das informações financeiras

O quadro abaixo apresenta um resumo das informações financeiras das controladas:

| Em 31 de dezembro de 2025 | São Vitor 01 | São Vitor 03 | São Vitor 07 | São Vitor 11 | São Vitor 12 | São Vitor 13 | São Vitor 14 |
|---|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|
| Balanco patrimonial resumido | | | | | | | |
| Participação acionária | 100% | 100% | 100% | 100% | 100% | 100% | 100% |
| Ativo circulante | 18.619 | 2.751 | 4.021 | 10.013 | 9.018 | 14.295 | 24.810 |
| Ativo não circulante | 170.209 | 159.386 | 219.118 | 158.785 | 152.098 | 149.073 | 191.925 |
| Passivo circulante | 21.988 | 4.808 | 10.342 | 5.434 | 7.949 | 7.090 | 9.364 |
| Passivo não circulante | 103.506 | 91.877 | 135.328 | 92.033 | 99.277 | 101.899 | 127.767 |
| Patrimônio líquido | 63.334 | 65.452 | 77.469 | 71.331 | 53.890 | 54.379 | 79.604 |
| Demonstração de resultado resumida | | | | | | | |
| Receita líquida de vendas | 18.823 | 18.455 | 27.009 | 24.735 | 19.660 | 19.344 | 31.874 |
| Lucro bruto | 3.060 | 2.805 | 2.184 | 10.890 | 2.752 | 3.660 | 14.724 |
| Prejuízo do exercício | (10.058) | (10.170) | (15.842) | (2.088) | (10.029) | (8.730) | (872) |
| Em 31 de dezembro de 2024 | São Vitor 01 | São Vitor 03 | São Vitor 07 | São Vitor 11 | São Vitor 12 | São Vitor 13 | São Vitor 14 |
| Balanco patrimonial resumido | | | | | | | |
| Participação acionária | 100% | 100% | 100% | 100% | 100% | 100% | 100% |
| Ativo circulante | 6.687 | 3.214 | 4.412 | 3.520 | 9.478 | 12.347 | 13.512 |
| Ativo não circulante | 184.666 | 172.939 | 237.845 | 171.405 | 164.955 | 159.888 | 203.998 |
| Passivo circulante | 28.358 | 10.287 | 23.656 | 11.818 | 20.942 | 19.743 | 29.655 |
| Passivo não circulante | 90.703 | 90.244 | 125.321 | 90.289 | 89.573 | 89.384 | 107.381 |
| Patrimônio líquido | 72.292 | 75.622 | 93.280 | 72.818 | 63.918 | 63.108 | 80.474 |
| Demonstração de resultado resumida | | | | | | | |
| Receita líquida de vendas | 18.090 | 13.213 | 22.672 | 8.504 | 19.532 | 21.056 | 15.963 |
| Lucro (prejuízo) bruto | 555 | (1.338) | (1.662) | 1.668 | 315 | 1.103 | (1.980) |
| Prejuízo do exercício | (11.991) | (7.611) | (11.479) | (3.347) | (10.064) | (9.768) | (6.728) |

11. IMOBILIZADO

Política contábil

O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens. O custo histórico também inclui os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificados.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados a esses custos e que possam ser mensurados com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídos é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

A depreciação dos ativos é calculada usando o método linear considerando os seus custos e seus valores residuais durante a vida útil estimada.

As taxas anuais de depreciação dos bens vinculados ao setor elétrico estabelecidas no Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico - MCPSE, deverão ser adotadas pelas concessionárias e permissionárias do serviço público de geração, transmissão e distribuição. Os outorgados, cujo ato de outorga não prevê indenização dos bens ao término do prazo contratual, devem amortizar esses bens pelo prazo da concessão/autorização. As taxas anuais de depreciação do Grupo se aproximam das taxas de depreciação do MCPSE.

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso. Sempre que um bem sofrer um reparo, reforma ou transformação que resulte na alteração de sua vida útil, este valor poderá ser imobilizado em adição ao valor residual do ativo. A contagem da vida útil do bem deverá ser reiniciada, de acordo com as vidas úteis estimadas.

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado ao seu valor recuperável quando o valor contábil do ativo é maior do que seu valor recuperável estimado. Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o seu valor contábil e são reconhecidos em "Despesas gerais e administrativas" na demonstração do resultado.

Teste de redução ao valor recuperável

O Grupo avalia anualmente ou, com maior frequência, sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem a necessidade de um teste de *impairment*, conforme os parágrafos 9 a 12 do CPC 01 (R1) – Redução ao valor recuperável de ativos. Nesse sentido, a avaliação é feita com base em fontes externas e internas de informação, considerando variações nas taxas de juros de mercado, mudanças significativas em ambientes tecnológicos, de mercado, econômico ou legal no qual a entidade opera ou mercado para o qual o ativo é utilizado, evidências de obsolescência, dano físico do ativo ou desempenho econômico pior que o esperado, além de outras indicações observáveis de que o ativo diminuiu significativamente no período.

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, o Grupo realizou uma análise detalhada dos indicadores de *impairment* utilizando fontes internas e externas, em conformidade com as normas CPC 01 (R1) / IAS 36, para suas Unidades Geradoras de Caixa (UGC). Para fins de teste de *impairment*, a Administração define que as SPEs, em conjunto, representam uma Unidade Geradora de Caixa (UGC). Essa classificação fundamenta-se no fato de que as SPEs estão situadas em uma mesma região geográfica e compartilham características operacionais e decisões estratégicas sinérgicas, sendo geridas e monitorados como uma única unidade de negócios.

Foram identificados indicativos de *impairment* no Complexo Eólico Ventos de São Vitor, uma vez que a performance operacional e os resultados dos ativos para o referido período ficaram abaixo das projeções orçamentárias. Essa situação decorre, principalmente, dos altos níveis de *curtailment* que afetam o complexo e não estão sob controle da Administração. O *curtailment* é um fator externo adverso que impactou diretamente a operação, contribuindo para uma piora significativa nos resultados, vide nota explicativa nº 3.3.

Diante da situação supracitada, foi realizado teste de valor recuperável com base no cálculo do valor em uso dos ativos geradores de caixa, utilizando método do fluxo de caixa descontado. Neste método, a avaliação é baseada no valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados durante a vida esperada do negócio descontados por uma taxa de retorno que considera a incerteza de se atingir esses fluxos de caixa e o valor temporal do dinheiro.

O teste foi realizado por uma consultoria especializada contratada pela Administração e se baseou em premissas de projeções de longo prazo preparadas pela Administração, informações de mercado disponíveis e em desempenho em períodos anteriores.

Os testes de *impairment* foram executados por meio de cálculos do valor recuperável, definido como o maior entre o valor em uso e o valor justo menos os custos de venda, conforme parágrafo 18 do CPC 01. O valor em uso foi determinado utilizando o método de fluxo de caixa descontado (DCF).

As premissas fundamentais que sustentam o teste de redução ao valor recuperável do complexo foram estruturadas a partir de projeções de fluxos de caixa fundamentadas em diretrizes financeiras, operacionais e regulatórias, sempre em alinhamento com o plano de negócios da Companhia e as condições vigentes de mercado. Para a correção das projeções de receitas e custos, adotou-se o IPCA como índice econômico central, refletindo de maneira fidedigna as expectativas inflacionárias para o período. O estudo abrange um período de 30 anos para fins de análise, prazo que corresponde à vida útil remanescente dos ativos do complexo conforme laudos técnicos, utilizando como data-base o dia 30 de setembro de 2025.

No que tange à expectativa de faturamento, a receita baseia-se predominantemente em contratos bilaterais, PPAs (*Power Purchase Agreements*), que asseguram a comercialização da energia por prazos determinados. A curva de geração futura foi desenhada considerando o histórico de desempenho do complexo, certificações de produção de energia das usinas eólicas e o cenário de despacho projetado para o Sistema Interligado Nacional (SIN). Um elemento crítico nesta modelagem é a projeção de perdas por *curtailment*, o qual se baseia em estudos de projeção de carga, demanda e de expansão de linhas de transmissão, para estimar os desligamentos forçados das usinas, considerados até o último ano de projeção. Assim, a geração líquida final para fins de faturamento é obtida subtraindo-se da geração bruta tanto as perdas por *curtailment* quanto o consumo interno das instalações.

Sobre o fluxo de caixa, as projeções incorporam as deduções necessárias sobre as vendas, incluindo tributos como PIS e COFINS, aplicados rigorosamente conforme a legislação, além dos encargos setoriais regulatórios pertinentes ao setor elétrico. Para converter esses fluxos futuros ao valor presente, utilizou-se o Custo Médio Ponderado de Capital (WACC), que inicia em 12,13% e converge para 11,60% a partir de 2028, capturando o perfil de risco do empreendimento e as flutuações das condições de mercado ao longo do tempo.

Em relação a Lei nº 15.269/2025, o Grupo optou por uma postura conservadora, entendendo que não há base objetiva para mensurar esses efeitos no momento, de modo que o valor em uso do Complexo Eólico Ventos de São Vitor não contempla tais ganhos potenciais até que as definições legais sejam plenamente estabelecidas.

Como resultado desses testes, o valor recuperável de todos os ativos avaliados excedeu seu respectivo valor contábil. Portanto, não foi reconhecida qualquer perda por *impairment* no período, conforme parágrafo 58 do CPC 01 (R1).

(a) Composição e movimentação do ativo imobilizado

| | Consolidado | | | | | Total |
|---|--------------------------|--------------------------|---------------------------------|---|----------------|------------------|
| | Imobilizado em andamento | Desmobilização de ativos | Máquinas, equipamentos e outros | Edificações, obras civis e benfeitorias | Planta eólica | |
| Saldos em 01 de janeiro de 2024 | 793.410 | - | - | 5 | 331.716 | 1.125.131 |
| Adições | 156.048 | 7.560 | 149 | - | - | 163.757 |
| Depreciação | - | - | (48.416) | (157) | - | (48.573) |
| Transferências | (947.091) | - | 1.275.545 | 3.262 | (331.716) | - |
| Saldo contábil líquido | 2.367 | 7.560 | 1.227.278 | 3.110 | - | 1.240.315 |
| Custo | 2.367 | 7.560 | 1.277.332 | 3.268 | - | 1.290.527 |
| Depreciação acumulada | - | - | (50.054) | (158) | - | (50.212) |
| Saldos em 31 de dezembro de 2024 | 2.367 | 7.560 | 1.227.278 | 3.110 | - | 1.240.315 |
| Adições | 3.185 | 1.167 | 240 | - | - | 4.593 |
| Depreciação | - | (582) | (47.064) | (111) | - | (47.757) |
| Baixas | (5) | - | - | - | - | (5) |
| Transferências | (78) | - | 78 | - | - | - |
| Outros (i) | (1.635) | - | (38.751) | - | - | (40.386) |
| Saldo contábil líquido | 3.834 | 8.145 | 1.141.781 | 2.999 | - | 1.156.760 |
| Custo | 3.834 | 8.727 | 1.238.899 | 3.268 | - | 1.254.728 |
| Depreciação acumulada | - | (582) | (97.117) | (269) | - | (97.968) |
| Saldos em 31 de dezembro de 2025 | 3.834 | 8.145 | 1.141.781 | 2.999 | - | 1.156.760 |
| Taxa média de depreciação | - | 6,67% | 3,80% | 3,40% | - | |

- (i) Refere-se, substancialmente, ao estorno de provisões registradas em exercícios anteriores relacionadas a estimativas de gastos associados ao imobilizado. Na rubrica de “Máquinas, equipamentos e outros”, em função da conclusão das negociações do contrato com o fornecedor dos equipamentos, os montantes anteriormente provisionados foram parcialmente revertidos, com os respectivos ajustes refletidos na movimentação do imobilizado na rubrica “Outros”.

12. INTANGÍVEL

Política contábil

Registrado ao custo de aquisição, combinado com as amortizações calculadas pelo método linear, às taxas anuais, e, adicionalmente, ágio por expectativa de rentabilidade futura. O Grupo registra no ativo intangível valores referentes a aquisições de softwares e ativos intangíveis referentes à combinação de negócios. O saldo das controladas é composto principalmente por servidões de passagem, as quais não são amortizadas.

Contratos de autorização

Os contratos de autorização são relativos à parcela alocada da aquisição do Complexo Eólico Ventos de São Vitor em 2020 para cada uma das empresas operacionais. A aquisição foi realizada pela IBH V, que em seguida cindiu parte dos ativos para a IBH SV. Os valores são apresentados como ativo intangível no consolidado e possuem vida útil definida de 35 anos.

Ágio

O ágio é relativo à parcela não alocada da aquisição do Complexo Eólico Ventos de São Vitor em 2020. Esse saldo é submetido anualmente a testes de redução ao valor recuperável ou, com maior frequência, quando houver indicação de que poderá apresentar indicação de redução ao valor recuperável.

| | Consolidado | | | | |
|---|-------------------------|------------|--------------|------------|----------------|
| | Contrato de autorização | Servidões | Software | Ágio | Total |
| Saldos em 01 de janeiro de 2024 | 45.994 | 171 | 97 | 932 | 47.194 |
| Adição | - | 4 | 1.124 | - | 1.128 |
| Amortização | (1.051) | - | (319) | - | (1.370) |
| Transferência | - | 97 | (97) | - | - |
| Saldo contábil líquido | 44.942 | 272 | 805 | 932 | 46.952 |
| Custo | 45.993 | 272 | 1.124 | 932 | 48.322 |
| Amortização acumulada | (1.051) | - | (319) | - | (1.370) |
| Saldos em 31 de dezembro de 2024 | 44.942 | 272 | 805 | 932 | 46.952 |
| Adições | - | - | 13 | - | 13 |
| Amortização | (1.457) | - | (225) | - | (1.682) |
| Saldo contábil líquido | 43.485 | 272 | 593 | 932 | 45.283 |
| Custo | 45.993 | 272 | 1.137 | 932 | 48.335 |
| Amortização acumulada | (2.508) | - | (544) | - | (3.052) |
| Saldos em 31 de dezembro de 2025 | 43.485 | 272 | 593 | 932 | 45.283 |
| Taxa média de amortização | 3,17% | - | 19,78% | - | |

13. FORNECEDORES

Política contábil

O saldo de fornecedores representa obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, são apresentadas como passivo não circulante.

Estes passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, estes passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado por meio do método dos juros efetivos.

| | Controladora | | Consolidado | |
|-------------------------------|--------------|------------|-------------|------------|
| | 31/12/2025 | 31/12/2024 | 31/12/2025 | 31/12/2024 |
| Circulante | | | | |
| Materiais e serviços | - | 8 | 7.484 | 1.268 |
| Compra de energia | - | - | 9.182 | 3.652 |
| Provisões de fornecedores (i) | - | - | 12.811 | 104.098 |
| | - | 8 | 29.477 | 109.018 |
| Não circulante | | | | |
| Provisões de fornecedores (i) | - | - | 54.011 | - |
| | - | - | 54.011 | - |
| Total | - | 8 | 83.488 | 109.018 |

- (i) O montante registrado na rubrica de provisão de fornecedores refere-se a obrigações contratuais devidas à Siemens Gamesa Energia Renovável Ltda, decorrentes dos contratos de fornecimento, instalação e comissionamento dos aerogeradores, incluindo obrigações pós-COD (*Commercial Operation Date*), ajustes contratuais e garantias de performance relacionadas ao pleno funcionamento das unidades geradoras. No exercício de 2025, a Companhia celebrou acordo comercial com o fornecedor, por meio do qual foram redefinidas as condições e o cronograma de liquidação do saldo remanescente. Conforme pactuado, os pagamentos terão início em 2026. A classificação entre passivo circulante e não circulante foi realizada com base no cronograma acordado entre as partes na data-base das demonstrações financeiras.

14. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Política contábil

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, no recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação. Em seguida, os financiamentos captados são apresentados pelo custo amortizado, isto é, acrescido de encargos e juros proporcionais ao período incorrido (*pro rata temporis*) e descontado das amortizações.

Os custos financeiros incorridos em virtude da captação de empréstimos e financiamentos são reconhecidos em rubrica redutora da dívida no passivo e amortizados pelo prazo do contrato, de acordo com a taxa efetiva de juros. Quando não houver evidências da probabilidade de captação de parte ou da totalidade da dívida, os custos financeiros já incorridos são reconhecidos no resultado do exercício.

Os empréstimos e financiamentos são classificados como passivo circulante, a menos que o Grupo tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

Os custos de empréstimos e financiamentos gerais e específicos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demanda um período substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a entidade e que tais custos

possam ser mensurados com confiança. Demais custos de empréstimos e financiamentos são reconhecidos como despesa no exercício em que são incorridos.

a) Contratos

(i) BNDES

Em 29 de novembro de 2021, as controladas São Vitor 01, São Vitor 03, São Vitor 07, São Vitor 11, São Vitor 12, São Vitor 13, São Vitor 14 assinaram contrato de financiamento com o BNDES. O total de recursos captados é de R\$655.000, totalmente desembolsados durante os anos de 2022, 2023 e 2024. A dívida é composta por principal e juros remuneratórios correspondente a IPCA + 6,31% ao ano.

Originalmente, o principal e juros da dívida seriam pagos ao BNDES em 270 parcelas mensais e sucessivas, sendo a primeira parcela em 15 de junho de 2023 e a última em 15 de novembro de 2045. Posteriormente, o contrato foi aditado em 23 de maio de 2023, alterando a quantidade de parcelas para 259, tendo seu início em 15 de maio de 2024 e término mantido em 15 de novembro de 2045. As linhas de crédito foram disponibilizadas conforme a seguir:

- Crédito “A” – São Vitor 01, recurso total de R\$86.184, composto por subcrédito A1 no valor de R\$59.868 e subcrédito A2 no valor de R\$26.316;
- Crédito “B” – São Vitor 03, recurso total de R\$86.184, composto por subcrédito B1 no valor de R\$59.868 e subcrédito B2 no valor de R\$26.316;
- Crédito “C” – São Vitor 07, recurso total de R\$120.658 composto por subcrédito C1 no valor de R\$83.817 e subcrédito C2 no valor de R\$36.841;
- Crédito “D” – São Vitor 11, recurso total de R\$86.184, composto por subcrédito D1 no valor de R\$59.868 e subcrédito D2 no valor de R\$26.316;
- Crédito “E” – São Vitor 12, recurso total de R\$86.184, composto por subcrédito E1 no valor de R\$59.868 e subcrédito E2 no valor de R\$26.316;
- Crédito “F” – São Vitor 13, recurso total de R\$86.184, composto por subcrédito F1 no valor de R\$59.868 e subcrédito F2 no valor de R\$26.316;
- Crédito “G” – São Vitor 14, recurso total de R\$103.422, composto por subcrédito G1 no valor de R\$71.843 e subcrédito G2 no valor de R\$31.579.

b) Empréstimos e financiamentos

| | Consolidado | |
|------------------------------|----------------|----------------|
| | 31/12/2025 | 31/12/2024 |
| Circulante | | |
| Empréstimos e financiamentos | 27.243 | 30.976 |
| (-) Custo de captação | (1.548) | (1.545) |
| | 25.695 | 29.431 |
| Não circulante | | |
| Empréstimos e financiamentos | 703.830 | 697.220 |
| (-) Custo de captação | (20.337) | (21.886) |
| | 683.493 | 675.334 |
| Total | 709.188 | 704.765 |

Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma

c) Composição de empréstimos e financiamentos

| Companhia | Descrição | Valor do Contrato | Data de Emissão | Taxa Contratual | Amortização de Juros | Amortização de Principal | Vencimento | Garantias | Consolidado | |
|--|-----------|-------------------|-----------------|----------------------|----------------------|--------------------------|------------|--|----------------|----------------|
| | | | | | | | | | 31/12/2025 | 31/12/2024 |
| VT01 VT03 VT07 VT11 VT12 VT13 VT14 | BNDES_01 | 455.000 | 29/11/2021 | IPCA + 6,31% a.a. | Mensal | Mensal | 15/11/2045 | (i) Penhor da totalidade das ações de emissão da IBH IV; (II) Penhor da totalidade das ações de emissão das SPE's (III) Penhor das máquinas e equipamentos relativos ao projeto; (IV) cessão fiduciária de: (a) direitos creditórios dos contratos de compra e venda de energia, (b) quaisquer outros direitos e/ou receitas decorrentes do projeto, (c) direitos creditórios das contas vinculadas da SPE e da IBH V, (d) direitos creditórios dos mútuos, (e) direitos emergentes das autorizações, (f) direitos creditórios da SPE provenientes dos contratos do projeto. Conta reserva do serviço da dívida equivalente a 6 prestações, Conta Reserva de O&M equivalente a 3 meses de despesa com O&M. (v) fiança bancária até completion físico-financeiro. | 534.776 | 524.896 |
| VT01 VT03 VT07 VT11 VT12 VT13 VT14 | BNDES_02 | 200.000 | 29/11/2021 | IPCA + 6,31% a.a. | Mensal | Mensal | 15/12/2037 | | 196.297 | 203.301 |
| | | | | | | | | (-) Custo de captação de dívidas | (21.885) | (23.432) |
| | | | | | | | | | 709.188 | 704.765 |

d) Movimentação de empréstimos e financiamentos

| | Consolidado | | |
|--|------------------------------|-----------------------|----------------|
| | Empréstimos e financiamentos | (-) Custo de captação | Total |
| Saldos em 01 de janeiro de 2024 | 648.322 | (21.731) | 626.591 |
| Ingresso | 71.244 | (3.291) | 67.953 |
| Provisão de juros | 43.637 | - | 43.637 |
| Atualização monetária | 33.045 | - | 33.045 |
| Amortização de custos de emissão de dívida | - | 1.590 | 1.590 |
| Liquidação do principal | (37.560) | - | (37.560) |
| Liquidação dos encargos | (30.491) | - | (30.491) |
| Saldos em 31 de dezembro de 2024 | 728.197 | (23.432) | 704.765 |
| Provisão de juros | 44.949 | - | 44.949 |
| Amortização de custos de emissão de dívida | - | 1.547 | 1.547 |
| Atualização monetária | 32.771 | - | 32.771 |
| Liquidação do principal | (30.037) | - | (30.037) |
| Liquidação dos encargos | (44.807) | - | (44.807) |
| Saldos em 31 de dezembro de 2025 | 731.073 | (21.885) | 709.188 |

e) Condições restritivas financeiras (covenants)

O financiamento com o BNDES, referente às controladas São Vitor 01, São Vitor 03, São Vitor 07, São Vitor 11, São Vitor 12, São Vitor 13, São Vitor 14, possui cláusulas contratuais restritivas que preveem o acompanhamento anual de determinado índice financeiro (Índice de Cobertura do Serviço da Dívida, ou “ICSD”) a partir da divisão da geração de caixa das atividades do ano referência pelo serviço da dívida consolidados na Companhia, com base nas informações das demonstrações financeiras consolidadas da Companhia.

O cálculo deve ser superior ou igual a 1,30x para (i) obtenção da conclusão financeira do projeto e (ii) distribuição de dividendos e/ou redução de capital. A Administração implementou controles adequados de forma a realizar seu acompanhamento e apuração periodicamente. Em 31 de dezembro de 2025, o índice de 1,30x não foi atingido; entretanto, conforme contrato, não há nenhum impacto para vencimento antecipado da dívida, além dos assuntos mencionados nos itens (i) e (ii) acima.

f) Composição por ano de vencimento

| | Consolidado | |
|--------------|----------------|----------------|
| | 31/12/2025 | 31/12/2024 |
| 1 ano | 27.243 | 30.977 |
| 2 anos | 26.248 | 24.186 |
| 3 anos | 27.280 | 25.099 |
| 4 anos | 28.879 | 26.085 |
| 5 anos | 29.965 | 27.614 |
| Após 5 anos | 591.458 | 594.235 |
| Total | 731.073 | 728.196 |

g) Custo de transação

Os empréstimos e financiamentos são demonstrados pelo valor líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva.

15. IMPOSTOS DE RENDA E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS

Política contábil

As despesas de imposto de renda e contribuição social do exercício compreendem os impostos correntes e diferidos. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

Os tributos diferidos são constituídos com base nas diferenças temporárias existentes entre a receita financeira de aplicação financeira competência registrada na contabilidade e a receita financeira de aplicação financeira caixa utilizada como base para tributação do fiscal. Os impostos diferidos foram calculados utilizando como forma de tributação o lucro presumido.

| | <u>Consolidado</u> |
|--|---------------------|
| | <u>31/12/2025</u> |
| Circulante | |
| Imposto de renda e Contribuição social a pagar (i) | 1.756 |
| | <u>1.756</u> |
| Não circulante | |
| Imposto de renda e Contribuição social diferidos | 4.250 |
| | <u>4.250</u> |
| Total | <u><u>6.006</u></u> |

- (i) Os montantes relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024 estão apresentados na nota explicativa nº 16.

16. TRIBUTOS E OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS

Política contábil

Os tributos e obrigações trabalhistas a pagar são mantidos no passivo com a finalidade de reconhecer no balanço patrimonial do Grupo os valores contábeis que serão objeto de pagamento futuro.

| | <u>Consolidado</u> | |
|--|---------------------|---------------------|
| | <u>31/12/2025</u> | <u>31/12/2024</u> |
| Circulante | | |
| Imposto de renda e Contribuição social a pagar (i) | - | 1.766 |
| ICMS a pagar | 9 | 37 |
| ISS a pagar | 36 | 35 |
| PIS e COFINS a pagar | 998 | 883 |
| Salários, provisões e encargos sociais | 1.044 | 896 |
| Outros tributos a pagar | 461 | 71 |
| Total | <u><u>2.548</u></u> | <u><u>3.688</u></u> |

- (i) Os montantes relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 estão apresentados na nota explicativa nº 15.

17. ENCARGOS REGULATÓRIOS

Política contábil

Nessa rubrica são reconhecidos os encargos relacionados ao setor de energia que são definidos pela ANEEL e cobrados pelas transmissoras, sob gestão do Operador Nacional do Sistema, os quais correspondem aos Encargos de Uso do Sistema de Transmissão (“EUST”), Taxa de Fiscalização dos Serviços de Energia Elétrica (“TFSEE”) e à Tarifa de Uso do Sistema de Transmissão (“TUST”).

| | Consolidado | |
|--------------|--------------|--------------|
| | 31/12/2025 | 31/12/2024 |
| TUST | 5.707 | 1.378 |
| Total | 5.707 | 1.378 |

18. PROVISÃO PARA PROCESSOS JUDICIAIS

Política contábil

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se o Grupo tem uma obrigação presente legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação.

(a) Composição da provisão para processos judiciais prováveis de perda

| | Consolidado | |
|--------------|-------------|------------|
| | 31/12/2025 | 31/12/2024 |
| Regulatórios | 556 | - |
| Total | 556 | - |

(b) Movimentação da provisão para processos judiciais prováveis

| | Consolidado | |
|---|--------------|------------|
| | Natureza | |
| | Regulatórios | Total |
| Saldos em 31 de dezembro de 2024 | - | - |
| Constituição | 530 | 530 |
| Atualização monetária | 26 | 26 |
| Saldos em 31 de dezembro de 2025 | 556 | 556 |

(c) Os passivos contingentes possíveis são demonstrados como segue:

| Empresas | Consolidado | | |
|---|--------------|--------------|------------|
| | Regulatórios | Trabalhistas | Total |
| Saldos em 31 de dezembro de 2024 | - | - | - |
| VT01 | - | 350 | 350 |
| VT12, VT13 e VT14 | 607 | - | 607 |
| Saldos em 31 de dezembro de 2025 | 607 | 350 | 957 |

- Regulatórios: Processo envolvendo a suspensão dos efeitos da decisão da CCEE quanto ao não repasse dos percentuais do desconto na Tarifa de Uso do Sistema de Transmissão (TUST), possuindo como valor possível o montante de R\$ 5.889, e processo para compensação integral por eventos de restrição de operação por *constrained-off*.
- Trabalhistas: Reclamações trabalhistas que têm por principais matérias: indenização por danos morais e materiais, horas extras, verbas rescisórias, diferenças salariais, adicional noturno, dentre outros.

19. PROVISÃO PARA DESMOBILIZAÇÃO DE ATIVOS

Política contábil

As provisões para desmobilização de ativos são estimativas registradas em função da existência de um contrato de arrendamento que estabelece a obrigação do Grupo de devolver o terreno ao final do contrato nas mesmas condições em que foi recebido. Essa obrigação inclui a remoção de estruturas e equipamentos instalados, exceto as obras aterradas, como fundações, redes de água e esgoto, entre outras. O reconhecimento dessa provisão busca garantir que os custos associados à restauração do local sejam adequadamente mensurados e registrados ao longo da vida útil dos parques eólicos.

Os valores provisionados são estimativas mensuradas com base no valor presente dos custos esperados para liquidar a obrigação, utilizando uma taxa de desconto de 7,44%, com base na melhor estimativa da Administração e pelo mesmo período da autorização.

| | Consolidado |
|---|--------------|
| Saldos em 01 de janeiro de 2024 | - |
| Adições | 7.560 |
| Saldos em 31 de dezembro de 2024 | 7.560 |
| Adições | 1.168 |
| Atualização financeira | 649 |
| Saldos em 31 de dezembro de 2025 | 9.377 |

20. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

(a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024, o capital social subscrito da Companhia era de R\$650.000, dividido em 650.000.000 ações, sendo 634.210.000 ações integralizadas (632.510.000 ações integralizadas em 31 de dezembro de 2024).

Conforme deliberado em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 27 de outubro de 2023, o capital social será

aportado em até cinco anos, contados a partir da data da referida Assembleia.

A Companhia não possui ações autorizadas. A seguir a composição do capital social subscrito e integralizado por ações ordinárias:

| 31 de dezembro de 2025 | | | |
|------------------------|------------------|---------------------|------------------------------|
| Acionistas | Participação - % | Quantidade de ações | Capital social integralizado |
| IBH IV | 100% | 650.000.000 | 634.210 |
| Total | 100% | 650.000.000 | 634.210 |

| 31 de dezembro de 2024 | | | |
|------------------------|------------------|---------------------|------------------------------|
| Acionistas | Participação - % | Quantidade de ações | Capital social integralizado |
| IBH IV | 100% | 650.000.000 | 632.510 |
| Total | 100% | 650.000.000 | 632.510 |

21. RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS

Política contábil

A receita é reconhecida quando o controle dos bens é transferido para o cliente por um valor que reflita a contraprestação à qual as controladas da Companhia esperam ter direito por esses bens. A receita é mensurada pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é composta pela receita ocorrida pela venda de energia elétrica (faturada ou não faturada).

Os registros das operações de compra e venda de energia na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (“CCEE”) estão reconhecidos pelo regime de competência de acordo com informações divulgadas por aquela entidade ou por estimativa da Administração.

A reconciliação entre as vendas brutas e a receita líquida é como segue:

| Receita | Consolidado | | | |
|---------------------------|------------------|----------------|----------------|----------------|
| | 31/12/2025 | | 31/12/2024 | |
| | MWh | Valor | MWh | Valor |
| Receita com energia (i) | 1.067.572 | 163.501 | 793.450 | 105.632 |
| Receita com energia CCEE | - | 3.711 | - | 3.763 |
| Deduções | | | | |
| (-) Impostos sobre vendas | - | (6.102) | - | (4.520) |
| (-) TFSEE | - | (1.219) | - | (653) |
| Total | 1.067.409 | 159.891 | 793.450 | 104.222 |

- (i) A variação no volume sendo ocorre pois, em 2024, as operações eram parciais tendo em vista a data da entrada em operação das SPEs.

22. CUSTO DE VENDA DE ENERGIA ELÉTRICA

| Custo de venda de energia elétrica | Consolidado | |
|---|----------------|----------------|
| | 31/12/2025 | 31/12/2024 |
| Energia elétrica comprada para revenda (a) | 34.984 | 29.660 |
| Encargos de uso do sistema de conexão e transmissão | 17.478 | 16.620 |
| Custo de operação (b) | 67.354 | 59.280 |
| Total | 119.816 | 105.560 |

(a) Custo de energia elétrica comprada para revenda

| | Consolidado | |
|--|---------------|---------------|
| | 31/12/2025 | 31/12/2024 |
| Energia elétrica comprada para revenda | 13.260 | 27.013 |
| Custo de liquidação CCEE | 21.724 | 2.647 |
| Total | 34.984 | 29.660 |

(b) Custo de operação

| | Consolidado | |
|--|---------------|---------------|
| | 31/12/2025 | 31/12/2024 |
| Pessoal | 1.941 | 1.042 |
| Manutenções, materiais e serviços de terceiros | 10.551 | 3.339 |
| Prêmios de seguros | 3.036 | 4.005 |
| Arrendamentos e aluguéis | 2.855 | 1.365 |
| Depreciações e amortizações | 47.981 | 48.890 |
| Custos tributários | - | 95 |
| Outros custos | 990 | 544 |
| Total | 67.354 | 59.280 |

23. DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVA

| | Controladora | | Consolidado | |
|-----------------------------------|--------------|--------------------------------|--------------|--------------|
| | 31/12/2025 | 31/12/2024 (Reclassificado) | 31/12/2025 | 31/12/2024 |
| Pessoal | - | - | 69 | 1 |
| Materiais e serviços de terceiros | 50 | 101 | 1.075 | 525 |
| Arrendamentos e aluguéis | - | - | 2 | 9 |
| Despesas tributárias | - | - | - | 1 |
| Depreciações e amortizações | - | - | 1.458 | 1.053 |
| Provisão para contingências | - | - | 556 | - |
| Licença e suporte de software | - | - | 36 | - |
| Outras despesas | - | - | 175 | 117 |
| Total | 50 | 101 | 3.371 | 1.706 |

24. RESULTADO FINANCEIRO

Política contábil

As receitas financeiras sobre aplicações financeiras são reconhecidas usando a taxa de juros de mercado prevista contratualmente. Os juros são incorporados às aplicações financeiras, em contrapartida de receitas financeiras.

As receitas financeiras sobre as contas a receber em atraso são reconhecidas conforme o prazo decorrido, usando a taxa de juros prevista contratualmente. Os juros são incorporados às contas a receber, em contrapartida de receitas financeiras.

As despesas financeiras sobre empréstimos e financiamentos são reconhecidas a taxa de juros prevista contratualmente.

Não foram realizadas compensações entre receitas e despesas financeiras.

| | Controladora | | Consolidado | |
|---|--------------|------------|-----------------|-----------------|
| | 31/12/2025 | 31/12/2024 | 31/12/2025 | 31/12/2024 |
| Receitas financeiras | | | | |
| Receitas de aplicações financeiras | 11 | 32 | 11.990 | 10.579 |
| Tributos sobre receitas financeiras | (3) | (2) | (3) | (2) |
| Outras receitas financeiras | 63 | 12 | 67 | 416 |
| Total das receitas financeiras | 71 | 42 | 12.054 | 10.993 |
| Despesas financeiras | | | | |
| Juros sobre empréstimos e financiamentos (i) | - | - | (44.949) | (60.889) |
| Amortização de custos de emissão de empréstimos e financiamentos (ii) | - | - | (1.547) | - |
| Atualização monetária sobre empréstimos e financiamentos (iii) | - | - | (32.771) | - |
| IOF | - | - | (108) | (1.233) |
| Comissões, garantias e fianças (iii) | - | - | (16.539) | - |
| Atualização financeira desmobilização | - | - | (649) | - |
| Outras despesas financeiras | - | (3) | (441) | (1.540) |
| Total das despesas financeiras | - | (3) | (97.004) | (63.662) |
| Resultado financeiro | 71 | 39 | (84.950) | (52.669) |

- (i) No exercício findo em 31 de dezembro de 2025 não houve capitalização de juros (R\$25.325 de juros capitalizados em 31 de dezembro de 2024).
- (ii) Os montantes relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024 estão sendo apresentados na rubrica “Outras despesas financeiras”.
- (iii) Os montantes relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024 estão sendo apresentados na rubrica “Juros sobre empréstimos e financiamentos”.

25. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Política contábil

Na Companhia, o método de apuração é o lucro real e o imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente são calculados com base no lucro real considerando as alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro excedente de R\$240 para imposto de renda, e 9% sobre o lucro líquido para contribuição social.

Nas controladas, a tributação do imposto de renda e contribuição social é feita tendo como base o lucro presumido da receita, onde a base de cálculo do imposto de renda é calculada à razão de 8% sobre as receitas brutas provenientes da geração de energia e de 100% das receitas financeiras, sobre as quais se aplicam as alíquotas de 15%, acrescida do adicional de 10%, para o imposto de renda. A base de cálculo da contribuição social é calculada à razão de 12% sobre as receitas brutas provenientes da geração de energia e de 100% das receitas financeiras, sobre as quais se aplicam a alíquota de 9%. Os tributos diferidos são constituídos com base nas diferenças temporárias das receitas financeiras de aplicações financeiras.

| | Controladora | | Consolidado | |
|--|-----------------|-----------------|-----------------|-----------------|
| | 31/12/2025 | 31/12/2024 | 31/12/2025 | 31/12/2024 |
| Prejuízo contábil antes dos impostos | (59.225) | (62.102) | (48.246) | (55.713) |
| Alíquota vigente | 34% | 34% | 34% | 34% |
| Imposto calculado com base na alíquota de imposto local, aplicável aos lucros | (20.137) | (21.115) | (16.404) | (18.942) |
| Despesas permanentes não dedutíveis | 473 | 378 | 473 | 378 |
| Prejuízos fiscais | (1) | - | (1) | - |
| Ajustes temporários para os quais nenhum imposto diferido foi constituído | 17 | - | 17 | - |
| Resultado de equivalência patrimonial | 19.648 | 20.736 | - | - |
| Diferença de apuração pelo regime de lucro presumido | - | - | 26.894 | 12.174 |
| Encargo fiscal | - | (1) | 10.979 | (6.390) |
| Corrente | - | 1 | 6.729 | 6.390 |
| Diferido | - | - | 4.250 | - |
| Despesa de IRPJ e CSLL | - | 1 | 10.979 | 6.390 |
| Alíquota efetiva | - | - | 23% | 11% |

O saldo de prejuízo fiscal acumulado da Companhia é de R\$2.793 (R\$2.700 em 31 de dezembro de 2024), que também constitui base negativa de contribuição social no mesmo valor. Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia não possui saldo de diferenças temporárias acumuladas (R\$49 em 31 de dezembro de 2024).

Em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro 2024, não foram reconhecidos os ativos de impostos diferidos, na Controladora, relacionados a diferenças temporárias, prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social sobre o lucro líquido acumulado, pois a Companhia não tem expectativa de geração de resultado tributável futuro para realização dos respectivos valores.

26. RESULTADO BÁSICO E DILUÍDO POR AÇÃO

Política contábil

O resultado por ação básico é calculado por meio do lucro líquido/prejuízo do exercício atribuível aos acionistas controladores da Companhia e à média ponderada das ações ordinárias em circulação no respectivo exercício. O resultado por ação diluído é calculado por meio da referida média das ações em circulação, ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, com efeito diluidor, nos exercícios apresentados. A Companhia não possui potenciais instrumentos conversíveis em ações, dessa forma, os resultados por ação básico e diluído são idênticos.

| | Controladora | |
|--|---------------|---------------|
| | 31/12/2025 | 31/12/2024 |
| Resultado básico e diluído por ação | | |
| Prejuízo atribuído aos acionistas | (59.225) | (62.103) |
| Quantidade média ponderada de ações (milhares) | 566.149 | 649.721 |
| Resultado básico e diluído atribuível por ação - R\$ | (0,10) | (0,10) |
| Resultado básico e diluído atribuível por ação das operações total- R\$ | (0,10) | (0,10) |

27. TRANSAÇÕES QUE NÃO AFETAM CAIXA

As transações listadas a seguir afetaram as demonstrações financeiras; contudo, não impactaram o caixa:

| | Consolidado | |
|---|---------------|----------------|
| | 31/12/2025 | 31/12/2024 |
| Provisões fornecedores | 66.822 | 101.963 |
| Integralização de capital com AFAC | - | 21.458 |
| Mútuos convertidos em integralização de capital | - | 38.000 |
| Juros capitalizados relativos a empréstimos | - | 25.325 |
| Provisão para desmobilização de ativos | 9.377 | 7.560 |
| | 76.199 | 194.306 |

28. COBERTURA DE SEGUROS

O Grupo adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos, adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstração financeira, consequentemente não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

As modalidades de seguros contratados pelo Grupo referem-se principalmente a riscos operacionais com cobertura

de danos materiais e lucros cessantes, D&O e responsabilidade civil.

29. EVENTOS SUBSEQUENTES

Até a data de emissão destas demonstrações financeiras, a Companhia realizou aportes de capital no montante total de R\$ 4.945 nas controladas São Vitor 01, São Vitor 03 e São Vitor 07.

* * *

Francisco Moya Reina

Diretor Presidente

Gabriel Marinho de Farias

Diretor Financeiro e de Relação com Investidores

Rodrigo Cesar de Moraes

Controller

Fabio Henrique Silva Marques

Contador

CRC SP-315705/O-3